

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: PANORAMA ATUAL E CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Juliana Dornelas MENDONÇA (Agência RMVA)

Introdução: A qualidade de vida pode ser medida pelo acesso que temos a serviços como saúde, educação, empregos, moradia, segurança, transporte, qualidade ambiental, entre outros. O Estado vem desenvolvendo políticas para retomar seu papel enquanto ordenador do território e para diminuir as desigualdades regionais. Os planos apresentam-se como instrumento fundamental para ordenar o território de forma democrática e igualitária, seja enquanto instrumento de regulação e desenvolvimento ou enquanto mecanismo de delimitação da ação pública. Assim, é preciso entender suas escalas de atuação e dotá-los de configuração tal que permita que o Poder Público faça gestão territorial para toda a sociedade. **Objetivo:** Objetiva-se analisar o PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, a proposta de POLITICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO e o projeto de lei do Estatuto da Metrópole para investigar como estes instrumentos podem contribuir para o planejamento, o desenvolvimento e o ordenamento do território, considerando este como um bem escasso. **Metodologia:** A análise foi feita com base em textos oficiais dos Ministérios da Cidade e da Integração Nacional, assim como em textos de lei e no material produzido por entidades acadêmica nos últimos 10 anos. A jovem política de desenvolvimento regional e a recente cultura de planejamento ainda não foram suficientemente testadas e estudadas, pelo que recorremos a textos produzidos pela União Européia, precursora em políticas de cooperação territorial, desenvolvimento regional e ordenamento do território. Após a leitura deste material, passou-se a fase reflexiva e propositiva, de modo a contribuir com o debate nacional. **Resultados:** Observou-se que a falta de uma cultura de planejamento prejudica a descentralização política, as estratégias de mobilização, a determinação de diretrizes comuns, a definição de conceitos e termos universais; que o espaço e o território não podem ser entendidos e programados como unidades estáticas mas há que se considerar seus fluxos; que a escala de planejamento regional deve ser diferenciada da escala metropolitana; que a capacidade de atração de forças produtivas está diretamente ligada às características do território; que há necessidade de se instituir instrumentos financeiros para incentivar a cooperação entre os entes federados; que as esferas de participação precisam ser mais atuantes e ter mais poder de decisão para conseguir mobilizar os atores sociais. **Conclusão:** Vivemos claramente um momento de grandes possibilidades para construirmos um país com menos desigualdades. O panorama político é favorável ao planejamento e à cooperação, mas esta “janela de oportunidade” não pode ser desperdiçada sob pena das próximas gerações herdarem caos urbano e estagnação econômica.

Palavras-chave: Ordenamento territorial. Regiões metropolitanas. Desenvolvimento regional.

Agências de fomento: --